

Notícias do dia 27 de janeiro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Segunda-Feira, 29 de Janeiro de 2024

Sumário

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO

OS chegará a R\$ 1,7 bilhão em contratos com estado	3
---	---

OS chegará a R\$ 1,7 bilhão em contratos com estado

Fabiana Pulcineli fabiana.pulcineli(a)opopular.com.br

Qualificada como organização social (OS) de saúde em **Goiás** há oito meses. o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), de Minas Gerais, já conseguiu três contratos com o governo estadual e está prestes a fechar outros quatro, que totalizam mais de R\$ 1,7 bilhão. A entidade estreou na gestão de unidades goianas em atos emergenciais do Estado em novembro e esta semana venceu chamamentos que incluem o segundo maior hospital do Estado: além do Hugo, Heapa, Heal e Herso.

A entidade foi alvo de operação da Polícia Federal que investiga pagamento de propina na gestão do ex-governador Wilson Wiltzel no Rio de Janeiro, em 2020, e teve o balanço contábil questionado em denúncia encaminhada recentemente ao Ministério Público de **Goiás** (MP-GO), que apura o caso.

O governo, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO), diz que não há nenhum impedimento atual para as contratações. que aguarda conclusão das denúncias no Rio e que atenderá "prontamente" qualquer determinação que implique nos contratos em **Goiás**. Alega ainda que "realizou averiguação específica e detalhada da situação contábil " da entidade, sem encontrar qualquer irregularidade.

A rápida ascensão da entidade em **Goiás** gerou reações das demais OSs e críticas de parlamentares da oposição, que apontam suposta influência do ex-ministro da Saúde do governo Jair Bolsonaro (PL) Luiz Henrique Mandetta (UB) na vinda da entidade para **Goiás**. Como correligionário, também médico e amigo do governador Ronaldo Caiado (UB), Mandetta participa de discussões relacionadas à saúde em **Goiás** e dá conselhos à gestão, segundo os próprios aliados do governo.

Tanto a SES-GO quanto a OS negam relação dos contratos com Mandetta. O POPULAR tentou contato com o ex- ministro, mas ele não atendeu. "A SES-GO desconhece qualquer relação da HMTJ que não esteja nos documentos", disse a pasta. "O HMTJ constitui uma entidade filantrópica quase secular (fundada em 1926), e mantém intacto, desde a sua fundação, o seu compromisso inarredável com a prestação de serviços de qualidade à população em geral, não possuindo vinculações políticas de qualquer natureza", afirmou a

entidade.

Os primeiros contratos com a OS foram assinados em 10 de novembro, por dispensa de licitação e em situações emergenciais de troca de entidade em três unidades: Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos (HEI), Hospital Estadual de Jaraguá Dr. Sandino de Amorim (Heja) e Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho, na cidade de **Goiás**.

Técnicos da área da saúde dizem que há dois caminhos mais comuns em caso de contrato emergencial: convocar a segunda colocada em chamamento anterior ou convidar todas as OSs que já atuam em unidades estaduais para a definição de alguma interessada.

Questionada sobre o motivo de não ter escolhido uma das opções. a SES-(X) afirmou que, "na fase preliminar dos processos, foram encaminhados convites a diversas entidades, além da HMTJ, mas todas manifestaram-se formalmente quanto ao seu desinteresse". O POPULAR perguntou quais foram as entidades, mas não recebeu resposta até o fechamento da edição.

Os três contratos são de R\$ 116,1 milhões, por seis meses. Ainda em novembro, a OS foi declarada vencedora em resultado preliminar de três chamamentos públicos para a gestão do Hospital de Urgências de **Goiás** Dr. Valdemiro Cruz (Hugo), do Hospital Estadual de Aparecida de **Goiânia** Caio Louzada (Heapa); e do Hospital Estadual de Santa Helena de **Goiás** Dr. Albanir Faleiros Machado (Herso). Este mês, ela ganhou também a seleção para o Hospital Estadual de Águas Lindas de **Goiás** (I leal).

Os chamamentos marcaram o lançamento de um novo modelo de seleção do Estado de **Goiás** que inclui, além de OSs qualificadas na saúde, a participação de organizações da sociedade civil (OSCs). As seleções foram alvo de processo no **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-GO) e chegaram a ser suspensas em dezembro. No entanto, conforme mostrou O POPULAR na terça-feira (23), o governo protocolou pedido de reexame no tribunal, que tem efeito suspensivo da decisão até o novo julgamento.

Assim, a SES-GO deu continuidade ao chamamento,

divulgando o resultado final da análise das propostas técnicas na terça-feira. Nesta sexta-feira (26), houve sessão pública para abertura do envelope de habilitação da HMTJ, com confirmação como vencedora.

Antes de atuar em gestão de unidades de saúde em **Goiás**, as OSs têm de passar por processo de qualificação, comandado pelas Secretarias da Casa Civil e da Saúde. AIIMTJ fez a solicitação em 6 de fevereiro e a conclusão ocorreu em 11 de maio.

CONTAS

Segundo denúncia encaminhada ao MP-GO, a HMTJ não cumpre a legislação goiana na exigência de que a OS comprove com documentos "boa condição econômico-financeira". No balanço apresentado no processo de seleção, referente a contas de 2022, a entidade teria apresentado um crédito a receber não comprovado, o que interferiu no cálculo de liquidez.

Questionada, a HMTJ não deu informações sobre as condições financeiras e disse que as questões "foram esclarecidas perante a SES-GO". A entidade fala em "denúncia apócrifa e leviana", em referência a um "dossiê criminal" que circulou no meio político sem autoria, citando as denúncias da operação no Rio e suposta fraude no balanço.

A SES-GO disse que "realizou averiguação específica e detalhada da situação contábil da HMTJ, não tendo encontrado ou identificado erros, fraudes ou outras situações capazes de comprometer os indicadores financeiros referentes ao exercício de 2022".

O MP-GO informou ao POPULAR que, depois de receber relatos de possíveis irregularidades na contratação da I IMTJ, a 90a Promotoria de Justiça solicitou à SES-GO cópia do processo que deu qualificação à entidade para atuar como OS em **Goiás** e informações sobre a regularidade na prestação de contas dos contratos de gestão.

OPERAÇÃO

Deflagrada em dezembro de 2020, a Operação Kickback, autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços da HMTJ e do presidente do Conselho de Administração José Mariano Soares de Moraes, em Juiz de Fora (MG), em investigação de desvio de recursos da saúde no governo do Rio. Moraes também chegou a ter bens bloqueados pela Justiça.

Segundo denúncia do Ministério Público Federal, a OS, responsável pela gestão de hospitais, Unidades de Pronto- Atendimento (Upas) e leitos de UTI da rede

estadual do Rio, pagou R\$ 50 milhões a um escritório de advocacia como condição para receber recursos públicos como "restas a pagar" de R\$ 280 milhões. Ainda de acordo com a denúncia, R\$ 22 milhões foram repassados a agentes públicos. As irregularidades foram apontadas em delação do ex-secretário estadual de Saúde Edmar Santas.

Questionada pelo POPULAR, a entidade não quis comentar as denúncias. A SES-GO respondeu que "aguarda a finalização das apurações das denúncias junto ao Poder Judiciário do RJ, asseverando que qualquer determinação que implique nos contratos de gestão em **Goiás** será prontamente atendida".

GOVERNO FEDERAL

Em dezembro, o portal Metrôpoles informou que a HMTJ estava prestes a fechar contrato com o governo federal, pelo Ministério da Saúde, para atendimento de saúde a indígenas. A entidade havia vencido dois lotes em chamamento público, mas ainda havia a fase de recursos. Na ocasião, o ministério informou que só poderia desclassificar uma empresa após uma decisão definitiva do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesta semana, o Ministério da Saúde informou ao POPULAR que não tem atualmente nenhum contrato vigente com a HMTJ.

Ascensão

A OS Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) em **Goiás**

Site: <https://opopular.com.br/digital/27-janeiro-2024/1o-caderno>